NAÇÕES UNIDAS
CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Distribuição: Limitada
E/ECA-EA-SA/ICSOE/2026/3p
Novembro de 2026

COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA
ESCRITÓRIO SUB-REGIONAL PARA A ÁFRICA AUSTRAL

Comité Intergovernamental Conjunto de Altos Funcionários e Peritos da África Oriental e Austral

10 a 13 de Novembro de 2026
Windhoek, Namíbia

Panorama macroeconómico e social da África Oriental, 2026: crescimento elevado, orçamentos limitados e incerteza crescente.

Nota do Secretariado*

Resumo

A África Oriental continua a crescer mais rapidamente do que o continente no seu todo, e este continente está a expandir-se a um ritmo que poucos previam num contexto global tão desafiante. No entanto, em termos agregados, as economias estão a distanciar-se em termos de crescimento dos rendimentos, inflação, espaço fiscal, estrutura das exportações e resultados sociais, e o choque global de 2026, ligado ao conflito na região do Golfo, foi transmitido de forma desigual. Os orçamentos cresceram em termos nominais, mas o serviço da dívida, as bases fiscais estreitas e a redução da ajuda externa mantêm o espaço fiscal disponível limitado. As exportações de commodities e o comércio com o resto de África apresentaram um forte desempenho, enquanto a insegurança alimentar persiste e as importações de alimentos, combustíveis e fertilizantes estão a aumentar. Esta nota conclui que um elevado crescimento geral é necessário, mas não suficiente, uma vez que o seu valor depende da criação de emprego produtivo, da diversificação das exportações, da segurança alimentar e de melhores níveis de vida. A integração regional, principalmente através da Área de Livre Comércio Continental Africana, pode fortalecer cada um destes canais, desde que a implementação seja coerente.

* A presente nota baseia-se na actualização do Panorama Macroeconómico e Social de 2026, elaborado pelo Gabinete da ECA para a África Oriental (7 de novembro de 2026), que contém o conjunto completo de números e dados.

Introdução

1. A presente nota resume as principais conclusões do Panorama Macroeconómico e Social 2026 para a África Oriental, elaborado pelo Gabinete para a África Oriental da Comissão Económica para África (CEA), no âmbito da sua série de relatórios sobre a economia regional. É submetida ao Comité para apoiar a discussão sobre o desempenho económico recente e as prioridades políticas que dele emergem.

2. África tem demonstrado uma crescente capacidade de absorção de choques externos, mantendo o crescimento económico, embora os ganhos per capita permaneçam modestos e as restrições fiscais persistam. Em 2026, esta capacidade foi testada por um novo choque global: o conflito no Irão e no Golfo Pérsico, que elevou o custo dos combustíveis, dos alimentos e dos fertilizantes. Na África Oriental, o forte desempenho agregado coexiste com diferenças acentuadas no crescimento do rendimento, na inflação, no espaço fiscal, nas estruturas de exportação e nos resultados sociais.

3. A principal conclusão do relatório é que um crescimento elevado é necessário, mas não suficiente. O seu valor reside na capacidade de gerar emprego produtivo, diversificação das exportações, maior segurança alimentar e ganhos mensuráveis nos padrões de vida. A integração regional, em particular a implementação da Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA), pode fortalecer cada um destes canais, mas apenas se as políticas forem aplicadas de forma coerente. A Tarifa Externa Comum da Comunidade da África Oriental (CAE) precisa de funcionar de forma mais consistente, as barreiras não tarifárias precisam de ser reduzidas, o comércio de electricidade precisa de ser aprofundado e a infra-estrutura transfronteiriça precisa de ser tratada como um bem público regional, e não como um conjunto de projectos nacionais.

4. O equilíbrio da sub-região apresenta quatro dimensões. O crescimento da produção manteve-se resiliente em 2026, mas é cada vez mais desigual. A inflação fragmentou-se, com a República Unida da Tanzânia, o Uganda e a República Democrática do Congo a manterem taxas comparativamente baixas, enquanto o Ruanda e a Etiópia enfrentam uma pressão renovada dos preços dos combustíveis e dos alimentos. Os orçamentos públicos expandiram-se substancialmente em termos nominais, mas o elevado serviço da dívida, as bases fiscais estreitas e a diminuição da ajuda externa continuam a restringir o espaço de manobra política. Por último, as fortes exportações de ouro, café e minerais foram parcialmente compensadas pelo aumento do custo dos alimentos, combustíveis e fertilizantes importados, bem como pelas importações ligadas a vários grandes projectos de investimento com elevada dependência das importações.

5. A nota é organizada em cinco capítulos, onde o Capítulo I examina o crescimento, a convergência e a estrutura em transformação da produção. O Capítulo II aborda as alterações climáticas, a agricultura e a segurança alimentar, e o Capítulo III, a inflação, as taxas de câmbio, o espaço orçamental e a dívida. O Capítulo IV considera o comércio, as balanças externas e o investimento. O Capítulo V reúne as perspetivas e as conclusões. Os números e os dados subjacentes estão disponíveis no relatório completo.

EU. Crescimento, convergência e a estrutura em transformação da produção

6. As projeções atuais do FMI apontam para um crescimento africano de 4,6% em 2026, ligeiramente acima da China, o que não acontece há muitas décadas.[1]Pelo menos dez economias africanas, entre as quais o Ruanda, o Uganda e a República Unida da Tanzânia, na África Oriental, deverão crescer 6% ou mais. No entanto, o rápido crescimento populacional significa que os ganhos per capita são muito inferiores ao crescimento do PIB divulgado, e as melhorias sustentadas na produtividade e nos padrões de vida levarão muito mais tempo.

7. A África Oriental cresce mais rapidamente do que o continente, a uma taxa de cerca de 5,8% em 2026, contra 4,0% para o conjunto de África, segundo as estimativas da UNDESA.[2]Mas isto não deve ser interpretado como convergência. A nível continental, uma redução parcial das diferenças de rendimento na década de 2010 deu lugar a um crescimento mais acelerado entre as economias de rendimento mais elevado desde a pandemia. Na África Oriental, a divergência tem predominado desde 2010, pelo que a região está a crescer rapidamente sem crescer em conjunto.

[1]Projeções do FMI para 2026; ver também o Financial Times, de 20 de outubro de 2026, que relata a comparação com a China e a modesta dimensão dos ganhos per capita.

[2]A previsão da UNDESA de Setembro de 2026 foi consideravelmente mais cautelosa do que a previsão do FMI de Outubro de 2026. A visão mais optimista do FMI reflecte evidências crescentes de que os efeitos da crise do Golfo ainda não atingiram as economias da região na medida em que se temia inicialmente.

8. As trajetórias de crescimento desde 2015, agrupadas de acordo com uma classificação utilizada pela McKinsey (2019), apresentam uma dispersão semelhante. O Ruanda e a Etiópia têm sido as economias de crescimento mais persistentes, a República Democrática do Congo acelerou o seu crescimento impulsionada pelos minerais, o Uganda e a República Unida da Tanzânia expandiram-se de forma sólida e o Quénia de forma mais moderada, enquanto o Burundi, as Comores, Madagáscar e a Somália mantêm-se numa trajetória de crescimento mais lento.[3]Os dados trimestrais, disponíveis apenas para seis países, mostram pouca sincronização dos ciclos económicos nacionais. Esta divergência é importante para as ambições regionais: um quadro monetário comum, por exemplo, torna-se mais difícil quando os países enfrentam diferentes combinações de crescimento, inflação, pressão fiscal e ajustamento cambial.

9. As fontes de crescimento diferem tanto quanto o seu ritmo. A Etiópia beneficia de um amplo mercado interno e de um programa de reformas; o Quénia, de uma base diversificada de serviços; a República Democrática do Congo, da indústria mineral; Ruanda, de um modelo intensivo em investimento e construção; a República Unida da Tanzânia, de uma gestão macroeconómica relativamente sólida; e Uganda, de uma promissora economia petrolífera. Paralelamente a estas oportunidades, persistem conflitos, choques climáticos, insegurança alimentar e uma margem fiscal limitada, particularmente no Corno de África (Djibuti, Eritreia, Etiópia e Somália).

10. A expansão está a ser liderada por setores fora da agricultura. No primeiro semestre de 2026, os serviços representaram quase dois terços do aumento da produção no Quénia e 37% a 39% no Ruanda e no Uganda, enquanto a agricultura contribuiu apenas com 13% a 17%, uma discrepância impressionante para um sector que emprega mais de metade da força de trabalho em grande parte da região.[4]A indústria foi o sector que mais contribuiu para a economia do Ruanda, com 39%, principalmente devido à construção civil e a alguns segmentos da indústria transformadora.

11. Há também sinais de aumento da pressão fiscal. Os impostos contribuíram com 20,6% do crescimento do PIB do Uganda no primeiro semestre de 2026, contra 12,0% no Ruanda e 7,4% no Quénia. Esta contribuição para as contas nacionais não mede a carga fiscal, mas é consistente com um forte esforço de cobrança. A estrutura fiscal do Uganda para o ano fiscal de 2026/27 eleva a projeção de receitas internas de 35,7 biliões de UGX para 45,6 biliões de UGX, e a sua autoridade fiscal identificou 22 áreas de risco de conformidade para análise baseada em dados. Mesmo assim, o FMI ainda descreve taxas legais elevadas, uma base fiscal estreita e receitas abaixo tanto de países comparáveis como do potencial estimado.[5]A questão política, portanto, não é tanto a de uma fiscalização mais apertada, mas sim a de alargar a base de aplicação, reduzir as isenções e limitar os custos de conformidade para as empresas produtivas.

12. As economias insulares diferem na estrutura das do continente e são discutidas no quadro 1.

[3]É preciso cautela ao analisar estes números. As Seychelles parecem estar próximas da média regional para o período de 2021 a 2025 apenas devido a uma forte recuperação em 2022, com o regresso dos turistas, e as estatísticas do PIB da Somália são em grande parte estimadas e não captam o forte crescimento de centros urbanos como Mogadíscio.

[4]As estimativas da OIT para 2025 apontam para que o emprego agrícola ronde os 46% no Quénia, 60% na Etiópia, 59% na República Democrática do Congo e 55% na Eritreia; a Comunidade da África Oriental descreve a agricultura como o principal sector empregador da região.

[5]Uganda, Ministério das Finanças, Discurso Orçamental para o Ano Fiscal de 2026/27; e Fundo Monetário Internacional (FMI), 2026, Uganda: Consulta do Artigo IV de 2026, Relatório da Equipa.

Caixa 1

Economias insulares da África Oriental: exposição partilhada, resultados divergentes

Comores, Madagáscar e Seicheles partilham a exposição aos custos de importação de combustível, alimentos e fretes, aos riscos climáticos e a mercados internos restritos, mas os seus percursos divergiram drasticamente. Um estudo do FMI de 2026 associa o melhor desempenho a longo prazo das Seychelles à qualidade institucional, ao capital humano, à abertura comercial e à política macroeconómica, enquanto as Comores e Madagáscar apresentaram um progresso muito menor em termos de rendimento real per capita. Este contraste serve de alerta contra a ideia de tratar a "pequena economia insular" como um modelo único.

As Comores registaram o seu crescimento mais rápido em vários anos em 2025, com um crescimento real de 3,8%, uma inflação de 3,3% e uma dívida pública de 27,7% do PIB, impulsionada pelo consumo, serviços e investimentos públicos em preparação para os Jogos das Ilhas do Oceano Índico de 2027. As remessas são essenciais para o bem-estar das famílias, mas também podem enfraquecer os incentivos à criação de emprego doméstico e expor o consumo a condições externas. Além disso, a reforma do preço dos combustíveis continua a ser politicamente difícil, uma vez que a supressão prolongada dos preços pode gerar perdas quase fiscais consideráveis. Madagáscar possui uma base produtiva maior e mais diversificada, mas o seu crescimento de rendimentos a longo prazo tem sido fraco e o país está altamente exposto a ciclones, secas e limitações de infra-estruturas. As políticas recentes enfatizam a reabilitação dos serviços de eletricidade e água, o aumento da quota de energias renováveis e o investimento na irrigação, na restauração de bacias hidrográficas e na agricultura climaticamente inteligente. Não se trata meramente de intervenções sectoriais, dado que o fornecimento instável de energia e os danos climáticos recorrentes restringem as empresas, as finanças públicas e os meios de subsistência rurais. As Seychelles têm um rendimento muito mais elevado e indicadores sociais mais sólidos, mas a sua pequena economia aberta continua volátil: a produção contraiu 0,5% no segundo trimestre de 2026, à medida que o conflito no Golfo reduziu o número de visitantes, embora a inflação se tenha mantido baixa. A experiência das Seychelles ilustra tanto os ganhos provenientes do capital humano e de instituições competentes como a necessidade contínua de reservas fiscais, mercados turísticos diversificados, infra-estruturas resilientes e protecção dos recursos marinhos.

Fonte: ECA, com base no Boletim Estatístico do Gabinete Nacional de Estatística das Seychelles, de 30 de setembro de 2026; e FMI, 2026, Explicando a Divergência de Rendimentos no Oceano Índico Ocidental: Evidências das Maurícias, Seicheles, Madagáscar e Comores, Documento de trabalho 2026/165.

II. Alterações climáticas, agricultura e segurança alimentar

13. A modesta contribuição da agricultura para o crescimento recente não diminui a sua importância económica, dado que o sector continua a ser fundamental para o emprego, o abastecimento alimentar, as exportações e o rendimento rural. As secas, as chuvas irregulares e as inundações ameaçam as colheitas, mas também têm impacto na inflação, nas importações de alimentos, nas despesas públicas, na balança comercial e na redução da pobreza. A adaptação climática é, portanto, uma prioridade económica e social central para a África Oriental, e não uma preocupação ambiental periférica.

14. A produção agrícola reage de forma diferente às condições climáticas e aos choques locais em toda a região. O Quénia e o Uganda registaram recentemente crescimento agrícola em sentidos opostos, e os dados trimestrais mostram uma baixa correlação entre a maioria dos países para os quais existem. Estas assimetrias reforçam a necessidade de um comércio regional de alimentos mais livre: quando a seca reduz a produção num país enquanto a produção melhora noutro, os mercados transfronteiriços previsíveis podem atenuar a volatilidade dos preços e reduzir a dependência das importações de fora do continente.[6]

15. O défice alimentar global de África é modesto quando comparado com o de vários grandes importadores mundiais, e um cálculo agregado para a África Oriental pode mesmo mostrar um excedente.[7]A exposição, no entanto, é desigual. O norte e o oeste da Etiópia podem enfrentar condições mais secas devido ao El Niño, enquanto as chuvas acima da média no sul da Etiópia e no nordeste do Quénia contribuem para a disponibilidade de água, mas aumentam o risco de inundações, danos nas culturas e doenças. As consequências económicas dependem dos sistemas de produção locais e de se a informação de alerta precoce conduzir a ações oportunas e financiadas.

16. O custo humano é visível no número crescente de pessoas em situação de insegurança alimentar, com as condições mais graves no Sudão do Sul e na República Democrática do Congo, e a inflação elevada ou

[6]ECA, 2024, Melhorar a segurança alimentar na África Oriental através de um maior comércio intrarregional: uma revisão das questões, Kigali.

[7]O resultado depende de o comércio alimentar incluir culturas comerciais como o café e o chá (códigos SITC 0, 1, 22 e 4) ou apenas alimentos básicos, excluindo bebidas e tabaco (códigos 0, 22 e 4). Esta diferença é importante, especialmente tendo em conta o aumento das exportações de café e chá.

crescente dos preços dos alimentos a afectar as famílias de um grupo muito maior de países. Os preços do milho ilustram esta divergência: ao longo de seis meses até Agosto de 2026, praticamente duplicaram no Sudão do Sul e aumentaram cerca de 49% na Etiópia, mas caíram no Quénia e 36% na República Unida da Tanzânia (quadro 1). A inflação alimentar acelerou acentuadamente no Ruanda em 2026, e tanto o Ruanda como o Uganda registaram contas mensais de importação de alimentos excecionalmente elevadas.

Tabela 1
Preços médios do milho em agosto de 2026 e variação em seis meses.

País	Preço médio do milho, agosto de 2026	Variação em seis meses (em percentagem)
Sudão do Sul	1.469	+99,1
Etiópia	442	+49,4
Uganda	417	+10,5
Ruanda	398	-4,2
Quênia	402	-6,8
República Unida da Tanzânia	217	-36,1

Fonte: AGRA, 2026.

17. Assim, as alterações climáticas estão a ter impacto na macroeconomia através da agricultura. As importações mensais de alimentos aumentaram acentuadamente em 2025, e alguns países, entre eles a República Unida da Tanzânia, responderam de forma prudente, aumentando os seus stocks alimentares. Uma resposta mais abrangente eliminaria as barreiras ao comércio intrarregional de alimentos e trataria a segurança alimentar como um bem colectivo regional.

III. Ajuste macroeconómico e capacidade fiscal

UM. Inflação, política monetária e taxas de câmbio

18. A inflação, que tinha diminuído após a subida de 2022-2023, voltou a divergir acentuadamente em 2026. Em Setembro, a inflação geral situava-se nos 6,8% no Quénia, 4,6% no Uganda, 4,3% na Tanzânia e 1,2% nas Seicheles, enquanto na Etiópia subiu para 15,1% e no Ruanda para 17,2%. No Burundi, a inflação situava-se nos 7,4%, tendo descido de 45,5% em meados de 2025. No Ruanda e na Etiópia, a renovada pressão sobre os preços resulta principalmente do aumento do custo dos combustíveis, embora os preços dos alimentos também tenham subido. Estes resultados reflectem diferentes combinações de choques nos preços dos alimentos, na pressão cambial e no custo dos combustíveis e fertilizantes importados. Na Somália, um novo índice nacional de preços que abrange os Estados-Membros Federais e a Somalilândia mostra uma inflação anual de 6,9% até agosto de 2026 e confirma que as pressões sobre os preços não são espacialmente uniformes, sendo Jubalândia uma das áreas mais afetadas.[8]

19. Os choques nos preços da energia e dos fertilizantes propagam-se a velocidades diferentes, uma vez que o combustível aumenta rapidamente os custos de transporte e distribuição, enquanto o fertilizante afecta a plantação e as culturas com maior desfasamento. Por conseguinte, as autoridades precisam de separar os efeitos imediatos dos preços de importação da inflação mais ampla, combinando a política monetária com preços transparentes dos combustíveis, apoios direccionados e medidas que melhorem o abastecimento alimentar.

20. As políticas monetárias divergiram de acordo com estes resultados desde o início de 2024. O Quénia reduziu a sua taxa de juro diretora de 13,0% para 8,75%, enquanto o Ruanda a elevou de 7,5% para 8,75% e a Etiópia de 15% para 16%; o Burundi reduziu a sua taxa de 12% para 10%, e a República Unida da Tanzânia apresentou uma ligeira alteração, de 6,0% para 6,25%. O Uganda apertou a política monetária de forma abrupta a 14 de outubro de 2026, elevando a sua taxa de juro diretora em 225 pontos base, de 9,75% para 12%, o maior aumento individual desde 2011. A decisão foi tomada após a retoma da pressão cambial e dos preços dos combustíveis, com a inflação geral a atingir 4,6% em setembro. O banco central projeta uma inflação média de 7% a 7,5% nos próximos doze meses.[9]

21. As taxas de câmbio também sofreram oscilações amplas e desiguais. O Burundi unificou a sua taxa de câmbio oficial em Maio de 2023 e, em Dezembro de 2023, o franco estava 38,5% mais fraco em relação ao

[8]Gabinete Nacional de Estatísticas da Somália, Índice de Preços no Consumidor, agosto de 2026.

[9]Banco do Uganda, Declaração de Política Monetária, 14 de outubro de 2026.

dólar norte-americano do que um ano antes, cotado a cerca de 2.850 BIF. O ajustamento na Etiópia foi mais drástico: o birr passou de aproximadamente 57 ETB por dólar em meados de 2024 para cerca de 111 ETB logo após a liberalização de julho de 2024, e continuou acima de 150 ETB durante 2025. A depreciação mais acentuada recentemente foi a do xelim ugandense, de cerca de 3.605 UGX por dólar em março de 2026 para cerca de 4.100 UGX no início de outubro, o que o deixou 11,2% mais fraco do que no final de 2025, em meados de outubro. O Quénia oferece um contraste, com o xelim chinês a aproximar-se dos 129-130 xelins quenianos ao longo de 2026 e as reservas oficiais a subirem de 12,39 mil milhões de dólares (equivalente a 5,3 meses de cobertura de importações) no final de 2025 para 14,69 mil milhões de dólares (5,9 meses) em 15 de outubro de 2026, embora as reservas estivessem em 15,25 mil milhões de dólares em 10 de setembro. Esta reserva torna a gestão de curto prazo mais credível, mas a sua sustentabilidade depende das receitas de exportação, das remessas, das entradas de capital e do serviço da dívida externa, e não apenas das intervenções.

B. Espaço fiscal e mobilização de receitas

22. De um modo geral, os governos têm procurado manter os planos de investimento em apoio dos objectivos de desenvolvimento nacional, e alguns estabeleceram metas explícitas para o financiamento interno, como 68% no Ruanda e 75% na República Unida da Tanzânia. Os aumentos orçamentais nominais para 2026/27 (quadro 2), contudo, sobrestimam a expansão do espaço fiscal utilizável. A inflação, o serviço da dívida, os atrasos nos pagamentos e a redução da ajuda externa continuam a restringir as despesas com o desenvolvimento, o que torna a composição, o financiamento e a execução dos orçamentos mais informativos do que os seus totais divulgados. No Uganda, por exemplo, prevê-se que o serviço da dívida absorva quase 40% do orçamento, sendo a maior rubrica individual.

Tabela 2
Orçamentos governamentais, 2026/27

País	Orçamento 2026/27 (nominal)	Variação face ao orçamento de 2025/26 (em percentagem)
Etiópia	ETB 2,34 triliões	+21,3
Quênia	US$ 37,4 mil milhões	+13,0
Ruanda	US$ 5,3 mil milhões	+12,1
República Unida da Tanzânia	US$ 24 mil milhões	+10,0
Uganda	US$ 22,5 mil milhões	+3,4

Fonte: ECA, com base em documentos do orçamento nacional e notícias de imprensa, 2026.

23. As prioridades de despesa centram-se nas infra-estruturas de transportes e energia, nos serviços sociais, na agricultura e segurança alimentar e no desenvolvimento industrial, com destaque para as infra-estruturas de petróleo e gás no Uganda. A Etiópia destinou 187,3 mil milhões de birr, ou 15,1% do seu orçamento, a transferências para governos regionais, e o Quénia não introduziu novos impostos. O Ruanda destina a maior parte do seu orçamento à transformação económica, e a República Unida da Tanzânia dá ênfase à auto-suficiência, às infra-estruturas rurais e às reformas das finanças públicas.

24. Ao longo de duas décadas, o rácio médio entre os impostos e o PIB na região aproximou-se da média africana, embora o progresso tenha sido desigual e os sistemas fiscais continuem fortemente dependentes do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e de outros impostos.sobre bens e serviços. A tributação directa e sobre a propriedade é modesta em grande parte da sub-região, pelo que os ambiciosos programas de desenvolvimento estão a ser financiados por bases de receitas estreitas e frequentemente voláteis. A Somália é um caso extremo de até que ponto o alcance fiscal pode ser limitado: em 2025, o consumo final do governo representava apenas 8,8% do PIB, contra 123,2% para o consumo das famílias e 74,7% para as importações, enquanto a formação bruta de capital fixo subiu de 15,9% do PIB em 2020 para 22,4%. Se este desequilíbrio não for corrigido, poderá limitar o quanto a expansão futura se traduzirá em infraestruturas, serviços e resultados de desenvolvimento mais amplos.

C. Trajetórias de dívida divergentes

25. As pressões da dívida manifestam-se de formas muito diferentes em toda a região, como demonstra a comparação entre o Quénia e o Burundi. Ambos emergiram da pandemia com a dívida bruta do governo geral próxima dos 68% do PIB. A proporção do Quénia subiu para 73,4% em 2023 e está estimada em 72,9% em 2026, enquanto a do Burundi desceu de 68,5% para uma estimativa de 40,4%.

26.º A rapidez da queda do Burundi aponta para um efeito denominador, uma vez que a inflação elevada elevou o PIB nominal e reduziu a proporção medida, com pouca consolidação orçamental. Os inquéritos do FMI sugerem que a consolidação pode ajudar as economias de rendimentos mais elevados a regressar a uma trajetória de endividamento sustentável, mas é quase completamente ineficaz em economias de baixo rendimento, onde o crescimento e a inflação têm sido historicamente responsáveis pela maior parte das reduções nas proporções da dívida. Uma proporção decrescente melhora, portanto, o indicador principal sem demonstrar uma capacidade fiscal mais forte, e não reduz o capital em dívida, os pagamentos de juros ou a moeda estrangeira necessária para o serviço da dívida externa.[10]

27. Em contraste, a elevada proporção persistente da dívida no Quénia deixa o orçamento exposto a custos de juros e pressão de refinanciamento, além de restringir o financiamento de serviços públicos e projectos de desenvolvimento. O Tesouro Nacional projeta que o serviço da dívida seja de aproximadamente [valor omitido].2,30 triliões de KSh no ano até junho de 2027, o equivalente a 79,8% da receita ordinária, um aumento face aos 72,4% do ano anterior; por outras palavras, quase quatro em cada cinco xelins da receita ordinária.[11]O Tesouro respondeu com operações de gestão de passivos no mercado interno, trocando obrigações de curto prazo por instrumentos de prazo mais longo.

4. Comércio, balanças externas e investimento

28. O comércio tem sido um dos elementos mais fortes do desempenho regional, com seis países a registarem um crescimento de dois dígitos nas exportações em 2025. Grande parte disto reflecte os elevados preços internacionais do café e do ouro, que impulsionaram as receitas em 2025 e no primeiro semestre de 2026. O Burundi registou um aumento particularmente expressivo partindo de uma base baixa; O Uganda, a Etiópia, a Tanzânia e a República Democrática do Congo também beneficiaram, enquanto o crescimento das exportações do Quénia foi mais moderado. No primeiro semestre de 2026, tanto a Tanzânia como o Uganda exportaram mais do que o Quénia em termos de valor.

29. Os ganhos com as exportações de commodities foram parcialmente compensados pelas importações. Alimentos, combustíveis e os fertilizantes tornaram-se mais caros, e vários grandes projectos de investimento com utilização intensiva de importações estão a aumentar as compras de bens de capital e de insumos ao exterior.

30. O comércio dentro de África expandiu-se de forma impressionante. As exportações da CAE para os mercados africanos mais do que duplicaram entre o segundo trimestre de 2024 e o segundo trimestre de 2026, atingindo os 7,2 mil milhões de dólares, e a quota africana no total das exportações da CAE subiu para 27,5%. No entanto, este padrão não segue os blocos regionais estabelecidos, dado que o comércio da CAE com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) no segundo trimestre de 2026 foi substancialmente superior ao comércio dentro da CAE.[12]Isto sugere que as empresas estão cada vez mais a responder a oportunidades que ultrapassam as fronteiras institucionais existentes.

31. Em contrapartida, o carácter comum da política comercial da CAE está a ser enfraquecido pelos desvios nacionais da Tarifa Externa Comum. Em meados de 2026, o Diário Oficial da CAE registou 384 isenções específicas por país (quadro 3). Muitas podem ter uma lógica de política industrial, por exemplo, a redução das tarifas sobre os inputs e os bens de equipamento para a conclusão de grandes projectos de infra-estruturas, e a preocupação não é a utilização das tarifas para a política industrial em si. A questão é que os mesmos produtos enfrentam, cada vez mais, tratamentos diferentes entre os Estados-Membros, pelo que a tarifa reflecte prioridades nacionais distintas em vez de uma política comercial regional genuinamente comum.

Tabela 3
Isenções recentes à Tarifa Externa Comum da Comunidade da África Oriental

Estado parceiro	Número de medidas
Quênia	163
Uganda	126

[10]A reavaliação do PIB etíope produziu uma queda comparável no rácio dívida/PIB; ver Ministério da Estratégia Nacional, novembro de 2026, Relatório de Alto Nível: Reavaliação do PIB do Ano Fiscal Etíope de 2017.

[11]Constant Munda, Pagamentos de dívidas consomem 80% da receita fiscal, Business Daily, 10 de outubro de 2026.

[12]Este padrão explica-se em grande parte pelas exportações de minerais congoleses para a África Austral, que totalizaram 3,2 mil milhões de dólares em 2025. Como membro da Comunidade da África Oriental e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, a República Unida da Tanzânia é também um importante exportador para o Sul, com 1,16 mil milhões de dólares em 2025 (UNCTADstat).

Estado parceiro	Número de medidas
República Unida da Tanzânia	50
Ruanda	32
Burundi	13
Total	384

Fonte: EAC Gazette, Vol. AT 1, nº 16, 30 de junho de 2026.

32. Os mercados continentais oferecem o desenvolvimento positivo mais evidente do ano, e a sua sustentação exige tarifas consistentes, redução das barreiras não tarifárias, maior comércio de electricidade e infra-estruturas transfronteiriças planeadas como um bem público regional.

33. O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) na região continua robusto, mas a sua concentração sectorial é tão importante como o seu volume. Os investimentos greenfield anunciados em África entre 2021 e 2025 foram dominados pelos sectores da energia e do gás e das indústrias extractivas, bem à frente da construção civil, da informação e comunicação e dos produtos químicos. Os grandes mercados (Etiópia, Quénia) e as economias ricas em recursos naturais (República Democrática do Congo) recebem tradicionalmente a maior parte dos investimentos, mas, em percentagem do PIB, o IDE tornou-se recentemente relativamente importante para a Somália, o Ruanda e o Uganda. Os projectos relacionados com o petróleo explicam grande parte do caso do Uganda, enquanto o Ruanda recebeu cerca de mil milhões de dólares em 2025 (968 milhões de dólares) e a Somália 834 milhões de dólares, principalmente em Mogadíscio e arredores, apesar da sua pequena economia. O Quénia tornou-se o maior investidor externo de África em 2025, embora, com 1,3 mil milhões de dólares, os seus fluxos de saída sejam pequenos em comparação com os padrões globais.[13]E os dados nacionais mostram que a maioria deles vai para a região vizinha.

34. As evidências sobre a rendibilidade das empresas, retiradas de 136 empresas da lista African Business das 250 maiores empresas, apontam no mesmo sentido. Os retornos médios de cerca de 13% ao ano são extraordinariamente elevados, mas os lucros concentram-se em sectores de capital intensivo e baseados em activos, nomeadamente comunicações, grupos diversificados, metalurgia e siderurgia, transportes e mineração, sendo a hotelaria a principal excepção. Muitas actividades cruciais para a transformação estrutural, incluindo a agro-indústria, os têxteis, os produtos químicos e os automóveis, apresentam retornos muito mais fracos. Assim, o forte investimento directo estrangeiro e a elevada rentabilidade coexistem com um dinamismo limitado nas actividades mais directamente ligadas ao emprego, à produção interna e aos sistemas alimentares, e a questão central não é tanto a escala do investimento, mas sim onde se concentram o capital e os lucros.

V. Perspectivas e conclusões

35. A perspectiva para a África Oriental é de um crescimento elevado contínuo, acompanhado por diferenças crescentes no desempenho económico. As trajetórias de crescimento nacional, a inflação, as respostas monetárias, as posições fiscais e a exposição a choques alimentares e energéticos são demasiado díspares para permitir uma interpretação única, e os agregados regionais não devem obscurecer as circunstâncias cada vez mais distintas das economias individuais.

36. Uma segunda preocupação reside na qualidade e composição do crescimento. O sector dos serviços lidera a actual expansão, e a agricultura pouco contribui para a produção, apesar de continuar a ser a principal fonte de subsistência, enquanto as actividades mais rentáveis e os maiores anúncios de investimento se concentram em sectores de capital intensivo. Consequentemente, o crescimento reflecte-se apenas de forma tímida no emprego, na segurança alimentar e no bem-estar das famílias.

37. As pressões orçamentais não podem ser reduzidas a um apelo à consolidação. A comparação entre o Quénia e o Burundi mostra que os rácios da dívida podem oscilar drasticamente por razões não relacionadas com o esforço fiscal, e que o elevado serviço da dívida, as bases fiscais estreitas e a limitada capacidade do Estado continuam a restringir a despesa no desenvolvimento. A questão relevante é o impacto do ajustamento no crescimento, no investimento público e na capacidade do Estado para responder às pressões sociais e climáticas.

38. As exportações para os mercados continentais aumentaram rapidamente. No entanto, a importância da coerência das políticas comerciais mantém-se, tanto através da implementação plena e acelerada da AfCFTA

[13]Em 2025, os Estados Unidos foram o maior investidor externo (262,7 mil milhões de dólares), seguidos pelo Japão (186,1 mil milhões de dólares) e pela China (174,4 mil milhões de dólares), enquanto a África do Sul registou um desinvestimento líquido de 4 mil milhões de dólares.

como evitando isenções específicas por país da Tarifa Externa Comum, que tendem no sentido oposto, fragmentando o regime comercial regional.

39. A África Oriental continua a ser uma das regiões de crescimento mais rápido do mundo, mas a principal conclusão do relatório é que as suas economias não estão a crescer em conjunto. Os resultados em termos de rendimento e as trajectórias de crescimento nacional estão a divergir, os factores sectoriais diferem acentuadamente e os ciclos económicos estão pouco sincronizados. A inflação e as condições monetárias, que pareciam estar a normalizar, também voltaram a separar-se, uma vez que os choques nos preços da energia, dos transportes e dos alimentos previstos para 2026 afectaram os países de formas muito diferentes.

40. O mesmo contraste repete-se nas evidências fiscais, comerciais e sociais. As situações fiscais podem estar a melhorar, mas o serviço da dívida, as bases fiscais estreitas e o espaço político limitado continuam a restringir as despesas com o desenvolvimento. O desempenho das exportações e o comércio intra-africano têm sido fortes, com os dados oficiais a mostrarem que as exportações da CAE para o continente mais do que duplicaram em dois anos. No entanto, a insegurança alimentar persiste, as importações estão a aumentar rapidamente em várias economias e o progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável continua a ser extremamente lento. O forte crescimento geral ainda não se traduz suficientemente em resiliência ou desenvolvimento social abrangente.

41. A avaliação da nota é, por isso, condicionada. A resiliência da África Oriental é real, assim como as oportunidades criadas pelo aumento das exportações de matérias-primas, pela expansão dos mercados africanos e pela alteração dos padrões de investimento. Estes ganhos coexistem com a divergência, as restrições fiscais e uma distribuição de investimentos e rentabilidade que favorece os sectores de capital intensivo. A tarefa da região não é simplesmente preservar o crescimento face à incerteza, mas sim enfrentar a crescente disparidade entre o forte desempenho agregado e o progresso muito mais desigual na melhoria dos meios de subsistência, na segurança alimentar e no desenvolvimento social.